



PREFEITURA DE **MIRADOR**

PREGÃO ELETRONICO N.º 049/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME'S, MEI'S E EPP'S.

CONFORME LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014.

O MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR comunica a abertura do processo administrativo – “**PREGÃO ELETRONICO**”, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE “INSUMOS E MATERIAIS DE USO MÉDICO HOSPITALAR”**, PARA ATENDER OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 287.421,05

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Início de recebimento das propostas: 28 de agosto de 2026, a partir das 08h00hs;

Cadastro de propostas no site: até às 07h59hs do dia 14 de setembro de 2026;

Abertura das propostas: 14 de setembro de 2026, às 08h00hs;

Início da disputa de Preços: 14 de setembro de 2026, às 08h01hs;

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado).

GLEICE PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeira

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN

Prefeito



PREFEITURA DE **MIRADOR**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026
(Processo Administrativo nº 159)
Aplicação Lei nº 14.133/21.

A presente licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE CROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, de acordo com Inciso I, Art. 48 da LC 123/06.

Torna-se público que o Município de Mirador, Estado do Paraná, por meio de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeados pela portaria nº 036/2025, sediado na Avenida Guaira nº153, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "**MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**", nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal nº 027/2023, e suas modificações, bem como das exigências estabelecidas neste Edital.

DATAS

Início de recebimento das propostas: 28 de agosto de 2026, a partir das 08h00hs;
Cadastro de propostas no site: até às 07h59hs do dia 14 de setembro de 2026;
Abertura das propostas: 14 de setembro de 2026, às 08h00hs;
Início da disputa de Preços: 14 de setembro de 2026, às 08h01hs;
Cadastro de propostas iniciais e Disputa: [https:// https://www.bnc.org.br](https://www.bnc.org.br) (acesso identificado).

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DO MODO DE DISPUTA.

1.1. O objetivo da presente licitação é assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública para o seguinte objeto: Registrar preços para a eventual aquisição/contratação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE “INSUMOS E MATERIAIS DE USO MÉDICO HOSPITALAR”, PARA ATENDER OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O processo, em face da busca pela melhor proposta ao ente público, seguirá, no que couber pelas peculiaridades do objeto, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

1.3. O objeto é comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, tudo conforme o estudo técnico preliminar presente na fase interna deste processo e disponível aos interessados.

1.4. A formalização de presente demanda, com a justificativa de aquisição, foi aferida pelo órgão responsável pelo planejamento conforme fluxo interno e em consonância com o plano de contratações



PREFEITURA DE **MIRADOR**

anual, tendo como o objetivo a racionalização das contratações, garantindo o alinhamento com o planejamento no que toca à elaboração das respectivas leis orçamentárias.

1.5. A licitação será dividida em itens, em atendimento ao princípio do parcelamento, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.6. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, fixando-se procedimento de disputas autônomas de cada item em diferentes momentos do correr do procedimento licitatório.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços – ANEXO V.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa Nacional de Compras**.

3.2 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.3 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pelo Município de Mirador, Estado do Paraná ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa Nacional de Compras**, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.5 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

3.5.1 Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.

3.5.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**

3.6 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a **Bolsa Nacional de Compras**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

3.7 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um proponente, em cada Lote, neste Pregão realizado pelo Município de Mirador/PR, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar desta licitação, **exclusivamente**, os interessados qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, aptas a se beneficiarem



PREFEITURA DE **MIRADOR**

do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pelas Leis Complementares 123/2006, 147/2014 e 155/2016, cujo ramo de atividade previsto no Contrato Social da Empresa seja compatível ao objeto licitado e que atendam às condições estabelecidas neste edital.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

4.1.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, por não se tratar, de bens e serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica em conformidade com a explicação técnica presente neste **Edital**.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, sendo que, no caso de empresa em recuperação judicial, será possível a sua participação, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que esteja apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da lei e em preservação da ampla concorrência, conforme o disposto no Acórdão nº 8.271/2011, 2ª Câmara do TCU.

4.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante declarará, por meio eletrônico e por documento a ser inserido no processo conforme modelo **Anexo IV** deste edital que:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens, lotes ou grupos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a falta de declaração ou de assentimento por meio eletrônico sobre sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte impedirá o prosseguimento no certame, no que toca a disputas destes itens ou lotes;

4.3.1.2. a pedido da empresa, em face dos acórdãos 2443/2021 e 1211/2021 do TCU, considerando a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte poder ter sido atendida pelo licitante,



PREFEITURA DE **MIRADOR**

quando apresentou sua proposta, poderá ser avaliada a comprovação, por ajustada diligência, para o preservar do princípio da maior competitividade no encontro da melhor proposta;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico e conforme o modelo (ANEXO II)**, constando os seguintes informes referentes aos campos:

6.1.1. **valor unitário, do item;**

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.1.5. Caso a marca e o fabricante forem o nome da empresa, favor informar como MARCA E/OU FABRICANTE PROPRIOS, devido a vedação de identificação da empresa antes da fase de habilitação.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo se a alegação de erro ou omissão for claramente grotesco, devendo se submeter a análise e aceitação do pedido pelo Pregoeiro, mediante imediata solicitação via chat.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta dias, a contar da data de sua apresentação.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.3. Para a preservação da competitividade do certame, em respeito ao formalismo moderado, a pedido da empresa ou de ofício, poderá o pregoeiro promover diligências corretivas verificando erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, nos termos do artigo 17, VI do Decreto 10.024/19, artigo 64, §1º do Decreto Municipal 027/2023 e do artigo 12, III lei 14.133 de 2021.

7.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes, atribuindo-se oportunidade oportuna de recorrer ao desclassificado, na forma da lei.

7.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2 (dois) minutos.

MODO DE DISPUTA ABERTO



PREFEITURA DE **MIRADOR**

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aqueles previstos no Art. 60 da Lei 14.133 de 2021.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) **horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdãos nº 1455/2018 e 601/2020), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites



PREFEITURA DE **MIRADOR**

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2.2. A presunção de inexequibilidade é relativa, nos termos do princípio do formalismo moderado, citado na Súmula 262 do TCU.

8.2.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.2.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.2.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

8.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, mormente quando resultado das diligências, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

8.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.3. Nos termos dos Acórdãos 966/2022, 1211/2021 e 2443/2021 poderá o pregoeiro, quando suficiente e necessário para verificação da exequibilidade de uma proposta, promover, por diligência ou a pedido do concorrente, a admissão da juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

8.4.4. Na proposta é necessário que se insira o número COMPLETO do Registro Anvisa, determinando exatamente a qual item se refere o código.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação para promoção de explicações e defesas técnicas.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. Habilitação Jurídica

9.9.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária unipessoal ou assemblhada por constituição: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou documento que atenda à mesma finalidade.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

9.9.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.9.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

9.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT).

9.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

9.10.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.10.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.10.9. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10.9.1. Tendo em conta a permissão de subcontratação presente no Art. 122 da Lei 14.133 de 2021, uma vez ocorrida a referida hipótese, exigir-se-á da subcontratada os quesitos de regularidade presentes neste item.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

9.11. Qualificação econômico-financeira.

9.11.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.11.1.1. Em caso de empresa em recuperação judicial, para fins de qualificação, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que esteja apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da lei e em preservação da ampla concorrência, sob pena de inabilitação.

9.12. Atestados de Capacidade Técnica.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.12.1. Certidões ou atestados regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, ou produzidos por contratados – pessoa jurídica de direito público ou privado – que demonstrem a capacidade operacional na execução de serviços pertinentes e compatíveis de complexidade operacional equivalente ou superior ao licitado.

9.12.2. Caso existentes, devem os atestados estarem acompanhados de documentos comprobatórios produzidos pelos contratados oriundos de avaliação pretérita realizada, conforme regulamentos próprios.

9.12.3. O documento comprobatório do item anterior deve fazer menção ao desempenho na execução contratual, com indicadores objetivamente definidos e aferidos, devendo, quando for o caso, fazer menção a eventuais penalidades aplicadas, com inserção no registro cadastral em que a inscrição for realizada.

9.12.4. Em face do princípio da conservação da competitividade, a pedido de qualquer participante ou de ofício, poderá o pregoeiro e comissão requerer que o licitante disponibilize todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, notas fiscais, notas de empenhos.

9.12.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento regente das licitações e do disposto no artigo 156 da lei 14.133 de 2021, nos incisos III e IV do Caput, tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência de orientação proposta por si, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. a proposta deve atender ao objetivo do procedimento licitatório, tendo como referência o MODELO presente no Anexo II deste Edital.

10.1.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, pode utilizar assinatura digital.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata de registro de preços e aplicação de eventual sanção à empresa, se for o caso.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei nº 14.133/21).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, a saber, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. *Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.*

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

16.1. Após a homologação da licitação, será firmado a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado. Sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, se a empresa não assinar dentro do prazo especificado abaixo.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, preferencialmente de forma digital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no site da PMM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios estabelecida no edital, as disposições do Decreto Municipal Nº27/2023.

16.7.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.7.3. a licitante reconhece que as hipóteses de cancelamento são aquelas previstas no Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços.

16.8. Previamente à assinatura a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas segundo consulta prévia ao CADIN.

16.9. Sempre se oportunizará prazo para manifestação defensiva, em face da observância de alguma das ocorrências identificadas nos termos do item 16.8 deste Edital, fixando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, com prazo igual de resposta, tudo nos termos Decreto Municipal Nº27/2023.

16.10. Na assinatura a ARP, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante, durante a vigência da mesma.

16.11. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ARP, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais



PREFEITURA DE **MIRADOR**

cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

17. DO ALTERAÇÃO DO VALOR

17.1. A licitante reconhece que as hipóteses de alteração de valor são aquelas previstas no Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, em seguimento das regras legais locais presentes no Decreto Municipal Nº27/2023.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DO FORNECEDOR

19.1. As obrigações da administração e do fornecedor são as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, em atendimento ao Decreto Municipal Nº27/2023.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital em atendimento ao disposto no Decreto Municipal Nº27/2023.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal Nº27/2023, licitante/adjudicatário que:

21.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato/Ata de Registro de Preços;

21.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato /Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. der causa à inexecução total do contrato/Ata de Registro de Preços;

21.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. não celebrar o contrato/Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/Ata de Registro de Preços;

21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;

21.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, inclusive fiscal;

21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

21.2. Equipara-se à conduta presente no item 21.1.1, a ausência de assinatura do termo de contrato ou o aceite ou o retirar de instrumento equivalente pelo licitante, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, bem como a conduta de deixar de assinar a ata de registro de preços, quando cabível.

21.3. As eventuais sanções geradas em condutas expostas no item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, cumulativamente ou não, às seguintes sanções nos termos determinados pelo Decreto Municipal Nº27/2023:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.5.1. Na aplicação das sanções a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, considerando:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações do órgão municipal de controle.

21.5.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.5.3. Multa de 10% (**dez por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;



PREFEITURA DE **MIRADOR**

21.5.4. O impedimento de licitar e contratar equivale à suspensão de licitar ou contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Mirador PR, pelo prazo de até três anos;

21.5.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem, conforme peculiaridades dispostas no item 21.6.1, poderá ser aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.5.6. A Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar refere-se a toda Administração Pública, aplicável, diante de prova de dolo na conduta dos envolvidos e permanecerá, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, concedida à Contratada a oportunidade de ressarcimento à Contratante pelos prejuízos causados;

21.5.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente.

21.5.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa, sem acarretar em suspensão de procedimentos administrativos deflagrados pela autoridade municipal.

21.5.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente.

21.5.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal Nº27/2023, entre outras normas processuais vigentes.

21.5.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Sistema de Controle do TCE/PR.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica diretamente na plataforma digital <https://www.bnc.org.br>

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico ou Contrato quando couber.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, em conformidade com o Princípio do Formalismo Moderado.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.mirador.pr.gov.br> e <https://www.bnc.org.br> também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Guairá nº 153, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta

ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

ANEXO IV – Declaração de Tratamento Diferenciado Lei 123/2006

ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de preços.

Mirador, 27 de agosto de 2026.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN
Prefeito



PREFEITURA DE **MIRADOR**

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

1 – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE “INSUMOS E MATERIAIS DE USO MÉDICO HOSPITALAR”, PARA ATENDER OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.

2 - JUSTIFICATIVA

O presente estudo técnico visa justificar a necessidade de contratação de eventual aquisição de **insumos e materiais médico hospitalar de saúde para os atendimentos contínuo que acontece** para todos os estabelecimentos da saúde que pertence ao município de Mirador, tais como Unidades Básicas de Saúde (UBS I E II), Centros de Especialidades, e demais serviços vinculados à rede pública municipal de saúde. A aquisição visa assegurar a **continuidade, segurança e qualidade da assistência à saúde**, atendendo às rotinas clínicas, procedimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência, ações de prevenção e promoção da saúde. Os insumos e materiais médico-hospitalares são essenciais e indispensáveis para o funcionamento regular dos serviços de saúde, sendo utilizados de forma contínua e diária. A ausência ou insuficiência desses materiais pode comprometer diretamente, o atendimento à população, a segurança de pacientes e profissionais de saúde, o cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução de procedimentos ambulatoriais. Considerando a variação da demanda ao longo do exercício, bem como a imprevisibilidade de atendimentos (variação regular e previsível na demanda, surtos epidemiológicos, urgências e emergências), faz-se necessária a previsão de eventuais aquisições, garantindo reposição oportuna dos estoques e a padronizando dos materiais que são utilizados, otimizando recursos públicos por meio de compras e planejamentos. Com isso os benefícios a serem esperados são a continuidade e a qualidade nos serviços de saúde, redução de compras emergenciais, e maior transparência e ampla competitividade agilidade e transparência no processo de aquisição.

2.1 JUSTIFICATIVA DAS MARCAS

O levantamento de mercado foi especificamente realizado por Sistema de Banco de Preços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Art. 23., ferramenta especializada que consolida dados de contratações públicas realizadas por diversos órgãos e entidades da Administração Pública, em âmbito Federal, Estadual e Municipal. O referido sistema permite a consulta a atas de registro de preços, contratos, painel de preços, BPS, portal de compras públicas, portal nacional de contratações públicas,



PREFEITURA DE **MIRADOR**

portal de transparência – CGU – NFE, Bolsa Nacional de Compras, TCE Paraná, estas licitações homologadas, como consta em anexos pesquisa realizada, possibilitando a análise de valores praticados recentemente para a referida e da internet e fornecedores. As marcas citadas como referência dos itens, é para melhor qualidade e custo benefício, que tenha as funcionalidades mínimas especificadas e por termos equipamentos já existentes que necessita dos itens citados para melhor funcionamento, e em decorrência da necessidade de padronização do objeto, onde nós amparamos em Art. 41 e 42 da lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos). Sendo que em contratações anteriores tivemos problemas de marcas e produtos, os quais adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atenderam a requisitos indispensáveis para um bom funcionamento e durabilidade.

O objetivo é assegurando maior confiabilidade, transparência e aderência aos preços de mercado, constatando-se ampla oferta do produto no mercado nacional, com concorrência suficiente para garantir a competitividade do certame e matérias de qualidade para a administração pública.

3 – QUANTITATIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

ITE	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR U.	TOTAL T.
1	BR0321790 460133 Atadura 10 cm X 1,80m, APARTIR DE 13 fios - Produto 100% puro algodão: macio e extra - absorvente; bordas devidamente acabadas e delimitadas, sem desfiamento. Formato: Rolo Tamanho: 10cm X 1,8m (4,5 mt esticado) dermatologicamente testado. Não estéril. embaladas em Pacote com 12 unidades.	un.	300	R\$ 7,93	R\$ 2.379,00
2	BR0316084 460136 Atadura 15 cm x 1,8m, APARTIR DE 13 fios- Produto 100% puro algodão: macio e extra – absorvente Tamanho: 15cm X 3m dermatologicamente testado, bordas devidamente acabadas e delimitadas, sem desfiamento. Não estéril. Formato de rolo. Embaladas em Pacote com 12 unidades.	un.	800	R\$ 8,66	R\$ 6.928,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

3	BR0444372 460134 Atadura 20 cm x 1,80m, APARTIR DE 13 fios- Produto 100% puro algodão: macio e extra – absorvente Tamanho: 20cm X 1,8m dermatologicamente testado, com bordas devidamente acabadas e delimitadas, sem desfiamento. Não estéril. Formato rolo. Embaladas em Pacote com 12 unidades.	un.	800	R\$ 4,74	R\$ 3.792,00
4	BR0444372 460134 Atadura Gessada rápida 20 cm – Produto em substrato de gaze especial, 100% algodão, impregnada com gesso coloidal; Conta com 20 cm x 3 m de extensão. Formato rolo. Embaladas com Pacote com 20 unidade.	UN.	100	R\$ 41,90	R\$ 4.190,00
5	BR0444613 444613 Atadura Gessada rápida 15 cm - Produto substrato de gaze especial, 100% algodão, impregnada com gesso coloidal; Conta com 15 cm x 3 m de extensão, formato rolo. Embaladas em Pacote com 20 unidades.	un	80	R\$ 29,06	R\$ 2.324,80
6	BR0439957 439957 Bacia inox p/ curativo – Produto em aço inoxidável, dimensões da bacia de 41cm, 6,300ml é indicada para estetização do seu material em estufas.	UN.	10	R\$ 121,26	R\$ 1.212,60
7	BR0473421 398713 Bolsa Coletora de Urina descartável infantil – Produto com extensão e bolsa coletora em PVC transparente com capacidade de 100ml, escala com animação, Válvula anti-refluxo, câmara de pasteur flexível, filtro de ventilação, espiral protetor, alça para fixação ao leito e deambulação, isento de látex.	UN.	50	R\$ 2,12	R\$ 106,00



PREFEITURA DE MIRADOR

8	BR0430733 376840 Bolsa de Colostomia - Produto equipamento coletor de uma peça para colo/ileostomia, drenável, com base adesiva protetora de pele composta por resina Stomahesive, plana, recortável, adesivo acrílico hipoalérgico e bolsa coletora confeccionada com 3 películas plásticas anti-odor, abertura para estoma recortável de 19 a 64mm diâmetro de 1 clipe de fechamento . Caixa com 10 Unidades.	cx	100	R\$ 65,90	R\$ 6.590,00
9	452348 Mochila de resgate Trauma com Divisórias. (P/Enfermagem)(. Dimensões à partir de: 45x35x19 cm Material: tecido oxford à prova d'água, proporciona durabilidade e segurança, faixa refletiva Verde Neon, compartimentação externa, 1 bolsos em cada lateral laterais e 2 frontal sendo 1 maior a baixo e o menor a cima. 3 bolsas organizadoras internas coloridas, (verde, azul e laranja) com fecho em zíper e uma parte das bolsas internas com plástico resistente transparente, , na parte interna ainda 3 divisórias, com elástico ,alças costais reguláveis e em cima da bolsa ambas reforçadas, abertura principal com 2 zíper, cor vermelha, com faixa refletivel, alças pretas desenhado a cruz da vida, e bordado o brasão do município e Secretaria de Saúde de Mirador (local do bordado a definir com a Secretaria de Saúde). ENVIAR AMOSTRA	un	15	R\$ 915,53	R\$ 13.732,95
10	253035 Bolsa de Urostomia Alterna 2 peças (sistema coletor) tamanho de 40mm - Sistema de 2 Peças: A bolsa é separada da placa adesiva (base), permitindo trocar a bolsa sem remover a placa da pele, o que reduz a irritação cutânea. Válvula Antirrefluxo: Impede que a urina retorne ao estoma Torneira de Drenagem: Possui uma abertura de plástico flexível e segura, facilitando o esvaziamento e permitindo	un	150	R\$ 71,42	R\$ 10.713,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

	conexão com coletores de perna ou noturnos. Material: disponível em versão transparente (para melhor visualização do estoma) e com tecido macio que repele a água. MARCA REF. COLOPLAST.				
11	605119 Camisola Hospitalar TAMANHO M – Camisola hospitalar, gola inteligente, manga japonesa, com transpasse e amarração frontal, tecido misto, cretone/linhol, sarja, tamanho EG, cor verde claro, bordado o brasão do município e Secretaria Municipal de Saúde (a definir com a secretaria). (amostra)	un	50	R\$ 39,50	R\$ 1.975,00
12	BR0605118 605118 Camisola Hospitalar TAMANHO G – Camisola hospitalar, gola inteligente, manga japonesa, com transpasse e amarração frontal, tecido misto, cretone/linhol, sarja, tamanho G, cor verde claro , bordado o brasão do município e Secretaria Municipal de Saúde (a definir com a secretaria). (amostra)	un	50	R\$ 59,24	R\$ 2.962,00
13	605117 Camisola Hospitalar TAMANHO EG– Camisola hospitalar, gola inteligente, manga japonesa, com transpasse e amarração frontal, tecido misto, cretone/linhol, sarja, tamanho M, cor verde claro, bordado o brasão do município e Secretaria Municipal de Saúde (a definir com a secretaria).(AMOSTRA)	un	30	R\$ 75,66	R\$ 2.269,80
14	421016 Cabo de Bisturi nº 03 – Instrumento não articulado cortante, utilizado para portar lâminas de bisturi, em aço inox , Comprimento: 113 mm, espessura cabo: 2 mm.	UN.	30	R\$ 12,42	R\$ 372,60
15	607052 Campo Cirúrgico Estéril Fenestrado tamanho 30 x 40 - Em tecido em brim leve 100% em algodão, com fenestrado em circular, pode ser utilizado em autoclave, acabamento de bainha simples na cor azul. Pacote com 50 unidades.	PCT.	150	R\$ 85,70	R\$ 12.855,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

16	607047 Campo Cirúrgico Estéril Fenestrado tamanho 50 x 60 - Em tecido em brim leve 100% em algodão, com fenestrado em circular, pode ser utilizado em autoclave, acabamento de bainha simples na cor azul. Pacote com 50 unidades.	PCT.	100	R\$ 109,76	R\$ 10.976,00
17	421060 Cânula de Traqueostomia metal longa nº 0 - Produto em metal (latão cromado). Curvatura anatômica. Mandril guia com ponta arredondada, não causando trauma. Embalagem individual.	UN.	3	R\$ 66,70	R\$ 200,10
18	BR0269878 269878 Clorexedina 0,5% – composto por gliconato de clorexidina. Indicação antisséptico tópico. 1 litro.	lt	50	R\$ 12,13	R\$ 606,50
19	BR0456005 455901 Colar Cervical - Produto de polietileno de alta densidade revestido com espuma EVA, botões de plástico, permitindo a rádio transparência na parte posterior (nuca) possui 02 aberturas para a palpação e ventilação na frente, uma abertura que permite a palpação do pulso carotídeo e acesso à traqueia. Tamanho P, M e G.	UN.	20	R\$ 13,52	R\$ 270,40
20	BR0385756 344632 Comadre de Inox 42x30cm tipo pá - Produto com tamanho apartir de 42 x 30 cm; - Capacidade: 3,5 L; - Material: Aço	UN.	10	R\$ 183,37	R\$ 1.833,70
21	477010 Desinfetante a base de Amônia Quartenário - Cloreto de cetil trimetil amônio ação antimicrobiana de amplo espectro mata (até 72h). - unidade de 1 litro.	UN.	80	R\$ 4,69	R\$ 375,20



PREFEITURA DE **MIRADOR**

22	ESCOVA P/ LIMPEZA INSTRUMENTAL B: 45-668 - Escovas de limpeza de canulados, com haste rígida em aço inoxidável e escova em nylon. Escovas cilíndricas com pontas protegidas para evitar perfurações em instrumentos canulados, Possuem cerdas em ambas as extremidades (uma larga e outra estreita), facilitando a limpeza de brocas e áreas de difícil acesso, cerdas e cabos autoclaváveis, permitindo a desinfecção da própria escova após o turno, cabos ergonômicos, formas (dupla ponta, cabo longo), Tamanho da escova: 45cm, Diâmetro da escova: de 10mm. PCT. c/ 3 UN	PCT.	5	R\$ 182,17	R\$ 910,85
23	ESCOVA P/ LIMPEZA INSTRUMENTAL C: 45-669 - Escovas de limpeza de canulados, com haste rígida em aço inoxidável e escova em nylon. Escovas cilíndricas com pontas protegidas para evitar perfurações em instrumentos canulados, Possuem cerdas em ambas as extremidades (uma larga e outra estreita), facilitando a limpeza de brocas e áreas de difícil acesso, cerdas e cabos autoclaváveis, permitindo a desinfecção da própria escova após o turno, cabos ergonômicos, formas (dupla ponta, cabo longo), Tamanho da escova: 45cm, Diâmetro da escova: de 15mm PCT. c/ 3 UN	PCT.	5	R\$ 143,41	R\$ 717,05
24	ESCOVA P/ LIMPEZA INSTRUMENTAL D: 45-670 - Escovas de limpeza de canulados, com haste rígida em aço inoxidável e escova em nylon. Escovas cilíndricas com pontas protegidas para evitar perfurações em instrumentos canulados, Possuem cerdas em ambas as extremidades (uma larga e outra estreita), facilitando a limpeza de brocas e áreas de difícil acesso, cerdas e cabos autoclaváveis, permitindo a desinfecção da própria escova após o turno, cabos ergonômicos, formas (dupla ponta, cabo longo), Tamanho da	PCT.	5	R\$ 130,46	R\$ 652,30



PREFEITURA DE **MIRADOR**

	escova: 45cm, Diâmetro da escova: de 20mm PCT. c/ 3 UN				
25	ESCOVA P/ LIMPEZA INSTRUMENTAL E: A45-846-1 - Escovas de limpeza de canulados, com haste rígida em aço inoxidável e escova em nylon. Escovas cilíndricas com pontas protegidas para evitar perfurações em instrumentos canulados, Possuem cerdas em ambas as extremidades (uma larga e outra estreita), facilitando a limpeza de brocas e áreas de difícil acesso, cerdas e cabos autoclaváveis, permitindo a desinfecção da própria escova após o turno, cabos ergonômicos, formas (dupla ponta, cabo longo), Tamanho da escova: 21cm, Diâmetro da escova: de 5,25mm PCT. c/ 3 UN	PCT.	5	R\$ 153,29	R\$ 766,45
26	ESCOVA P/ LIMPEZA INSTRUMENTAL F: 45-850 - Escovas de limpeza de canulados, com haste rígida em aço inoxidável e escova em nylon. Escovas cilíndricas com pontas protegidas para evitar perfurações em instrumentos canulados, Possuem cerdas em ambas as extremidades (uma larga e outra estreita), facilitando a limpeza de brocas e áreas de difícil acesso, cerdas e cabos autoclaváveis, permitindo a desinfecção da própria escova após o turno, cabos ergonômicos, formas (dupla ponta, cabo longo), Tamanho da escova: 33cm, Diâmetro da escova: de 10mm PCT. c/ 3 UN	PCT.	5	R\$ 136,79	R\$ 683,95



PREFEITURA DE **MIRADOR**

27	422026 Eletro PAS Adesivas p/ desfibrilador compatível ao cardioversor DEA NIHON KOHDEN MODELO P-711 (adulto/Pediátrico). Eletrodo descartável para desfibrilador/ Cardioversor Nihon Kohden modelo P-711 - Adulto/Pediátrica modelo (P-711), projetados para uso a distancia de 30cm do operador, equipado com um cabo adaptador específico para eletrodos inclui pás. 2 eletros pás adesivas POR EMBALAGEN (pares). Cabo de 1,5 metros. REF. cardioversor DEA NIHON KOHDEN MODELO P-711	PARES	15	R\$ 713,54	R\$ 10.703,10
28	BR0462952 430175 Eletrodo p/ Eletro cautério tipo alça redonda 4,5 mm – O Eletrodo Eletro cirúrgico tipo Alça Redonda 45mm é feito em Aço Inox ABNT 304 revestido de material de alta resistência para garantir a segurança e fácil manuseio. Esterilizável., comumente adaptável a diversas marcas de canetas.	UN.	10	R\$ 108,10	R\$ 1.081,00
29	421025 Eletrodo p/ Eletro cautério Faca Reta (ponto de cautério) 67cm - Produto feito em aço inox revestido de material de alta resistência para garantir a segurança e fácil manuseio. Comumente adaptável a diversas marcas de canetas.	UN.	10	R\$ 58,97	R\$ 589,70
30	421025 Eletrodo p/ Eletro cautério tipo Bola – Produto feito em aço inox revestido de material de alta resistência para garantir a segurança e fácil manuseio. Comumente adaptável a diversas marcas de canetas.	UN.	10	R\$ 85,06	R\$ 850,60



PREFEITURA DE **MIRADOR**

31	BR0479748 322446 Espelho Vaginal M - lubrificado Produzido em poliestireno cristal, permitindo excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Seu formato anatômico desenvolvido pela ADLIN Produto transparência e transmissão luminosa; Parafuso regulador acoplado; Não estéril; descartável usado para exame ginecológico e auxiliando a colpos cópia, biópsias e coleta de material para o exame preventivo do câncer de colo de útero.	UN.	500	R\$ 1,32	R\$ 660,00
32	BR0479747 322445 Espelho Vaginal G - lubrificado Produzido em poliestireno cristal, permitindo excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. Seu formato anatômico desenvolvido pela ADLIN Plásticos favorece um exame indolor, termicamente confortável e o fato de ser descartável, elimina o risco de contaminação cruzada entre pacientes. Produto transparência e transmissão luminosa; Parafuso regulador acoplado; Não estéril; descartável usado para exame ginecológico e auxiliando a colpos cópia, biópsias e coleta de material para o exame preventivo do câncer de colo de útero.	UN.	200	R\$ 1,43	R\$ 286,00
33	BR0609174 473266 Estojo de Inox 20x10x5cm - Produto estojo liso em aço inoxidável, ideal para guardar instrumentais cirúrgicos.	UN.	10	R\$ 63,57	R\$ 635,70



PREFEITURA DE **MIRADOR**

34	421077 I-PORT- Dispositivo para Infusão subcutânea de Insulina: Dispositivo em material plástico, Cânula flexível (tubo plástico macio e pequeno) tamanhos de 6MM A 9MM. plásticos flexíveis e base adesiva auto colante hipoalergênicos para contato seguro com a pele, Injetor (Inserite) Embutido, em plástico rígido Embalagem: Esterilizada, individual. cx c/ 10 unidades. (AMOSTRA)	CX.	24	R\$ 660,00	R\$ 15.840,00
35	421011 Pinça cirúrgica Kelly Reta 14 cm - Produto em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. Instrumental padrão, qualidade e acabamento impecável. Hastes arredondadas e muito macias, facilitando na hora do travamento e destrava mento da pinça. Instrumento cirúrgico articulado não cortante.	UN.	10	R\$ 27,11	R\$ 271,10
36	421014 Porta Algodão em Inox com mola – Produto em aço inox, autolavável mola de precisão para abertura e fechamento controlado com tampa com furo, pressão em mola para pressão em subir o algodão, tamanho a partir de 12 -15cm capacidade 1.900ML. Utilizado para armazenar algodão para procedimentos médicos	UN.	10	R\$ 57,07	R\$ 570,70
37	422061 Saco para Hamper em algodão com cordão - Saco para hamper em 100% algodão cru na cor bege fechamento em cordão ajustável, para resíduos tóxicos e infectantes dimensão a partir de 78x84 cm esticado, Capacidade 100 litros.	UN.	20	R\$ 69,47	R\$ 1.389,40
38	421055 Seringa de Carpule- 12,5cm: Caixa com 20 seringas carpule descartáveis e estéreis embaladas individualmente, com refluxo, fabricada em polipropileno e esterilizada por irradiação de Raios Gama, comprimento da seringa: 12,5cm , produto 100% nacional. Funcionalidade – Aplicador de anestesia local. Seus insumos são 100% recicláveis, não tóxicos e livres de BPA. Aumentando a segurança .	CX	10	R\$ 475,73	R\$ 4.757,30



PREFEITURA DE **MIRADOR**

39	BR0303292 Solução de Ringer com Lactato- Frasco ou bolsa de polipropileno transparentes, sistema fechado contendo 500 ml; princípio ativo: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + lactato de sódio, concentração: 6 mg/ml + 0.3 mg/ml + 0.2 mg/ml + 3 mg/ml .	UN	100	R\$ 5,30	R\$ 530,00
40	BR0452217 614305 Tala com espuma, em metálica para Mobilizar Dedos - Mobiliza o dedo da mão trazendo segurança. Seu material protege o dedo por inteiro. material: Alumínio metálico com espuma e velcro ajustável, alça de gancho e laço que torna mais fácil de colocar em qualquer dedo que precisa de tratamento, se é direita ou esquerda, ajuda você a manter seu dedo em linha reta. O aço inoxidável da categoria militar fornece dedos confortáveis, mais seguros. é também um material respirável que fornece a circulação de ar e o torna insípido. Tamanho Menor: 5,5 x 3 cm. Pacote com 12 unidades.	PCT.	50	R\$ 9,34	R\$ 467,00
41	328379 Vaselina líquida 100% - Vaselina Líquida 100% é um produto de origem mineral derivado do Petróleo, produzida a partir da combinação de óleo mineral e parafina micro cristalina, com propriedades emoliente, lubrificante, suavizam-te e hidratante. Frasco com 1000ml.	fr	50	R\$ 35,44	R\$ 1.772,00
42	BR0481789 352012 Lençol de Hospitalar de Papel: tamanho 70X50 p/ maca - cor branco, 100% celulose virgem pura (pura), descartável, com grau de alvura mínimo de 80% (padrão ISO) macio e absorvente . Indicado para proteção de macas, camas, e diferentes superfícies em hospitais e consultório, embalado individualmente em plástico protetor, alta resistência mecânica à tração, Isento de furos, rasgos, odores ou impurezas macroscópicas. (AMOSTRA)	rolo	100	R\$ 8,61	R\$ 861,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

43	(BR0279727) ALGODÃO, TIPO: HIDRÓFILO, MATERIAL: ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, APRESENTAÇÃO: EM BOLAS, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL EMBALAGEM DE 500G	ROLO	500	R\$ 30,92	R\$ 15.460,00
44	(BR0226694) DETERGENTE ENZIMÁTICO, AROMA: NATURAL, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEIS, COMPOSIÇÃO: TENSIOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL :GALÃO 5 L	LITRO	60	R\$ 123,28	R\$ 7.396,80
45	(BR0427377) DESINFETANTE, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA, COMPOSIÇÃO: À BASE DE IODOFÓRMIO E ÁCIDO FOSFÓRICO, TEOR ATIVO: CERCA DE 2% + 10%, FRASCO 1 LITRO	LITRO	80	R\$ 48,71	R\$ 3.896,80
46	(BR0269587) COMPRESSA GAZE HIDRÓFILO TIPO: APARTIR DE 13 FIOS/CM2, 5 DOBRAS, MODELO: COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, LARGURA: 7,50 CM, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 7,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ FIO RADIOPACO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL . PACT. COM 500 GR.	PCT	200	R\$ 16,45	R\$ 3.290,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

47	(BR0276425) BISTURI, TIPO: MANUAL, ESTÉRIL, CABO: PLÁSTICO, TAMANHO LÂMINA: 11 MM, LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, LÂMINA AFIADA, POLIDA E COM PROTETOR NA LAMINA. (AMOSTRA)	UNIDADE	500	R\$ 3,01	R\$ 1.505,00
48	(BR0244719) BISTURI, TIPO: MANUAL, ESTÉRIL, CABO: PLÁSTICO, TAMANHO LÂMINA: 15 MM, LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, LÂMINA AFIADA, POLIDA E COM PROTETOR NA LAMINA. (AMOSTRA)	UNIDADE	300	R\$ 3,66	R\$ 1.098,00
49	(BR0244717) BISTURI, TIPO: MANUAL, ESTÉRIL, CABO: PLÁSTICO, TAMANHO LÂMINA: 22 MM, LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL, LÂMINA AFIADA, POLIDA E COM PROTETOR NA LAMINA. (AMOSTRA)	UNIDADE	300	R\$ 1,99	R\$ 597,00
50	SACO DE LIXO HOSPITALAR - INFECTANTE - COR VERMELHO CAPACIDADE DE 10 L é um produto constituído em polietileno de alta densidade (PEAD), ideal para o descarte de materiais infectados de laboratórios e hospitais. Produto normatizado com os padrões da ABNT NBR 9191/7500. PCT COM 100 UN.	PCT.	60	R\$ 53,47	R\$ 3.208,20
51	SACO DE LIXO HOSPITALAR - INFECTANTE - COR VERMELHO CAPACIDADE DE 15 L é um produto constituído em polietileno de alta densidade (PEAD), ideal para o descarte de materiais infectados de laboratórios e hospitais. Produto normatizado com os padrões da ABNT NBR 9191/7500. PCT COM 100 UN.	PCT.	80	R\$ 47,23	R\$ 3.778,40



PREFEITURA DE **MIRADOR**

52	SACO DE LIXO HOSPITALAR - INFECTANTE - COR VERMELHO CAPACIDADE DE 30 L é um produto constituído em polietileno de alta densidade (PEAD), ideal para o descarte de materiais infectados de laboratórios e hospitais. Produto normatizado com os padrões da ABNT NBR 9191/7500. PCT COM 100 UN.	PCT	50	R\$ 35,49	R\$ 1.774,50
53	(BR0283964) APARELHO BARBEAR, TIPO: DESCARTÁVEL, CABO PLÁSTICO, LÂMINA AÇO INOX, 02 LÂMINAS, CARTELA 2,00 UN	UN	200	R\$ 3,33	R\$ 666,00
54	(BR0269894) LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO P, TIPO: AMBIDESTRA, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, TAMANHO: PEQUENO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO, APRESENTACAO: ATÓXICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL	CAIXA 100,00 UN	800	R\$ 29,57	R\$ 23.656,00
55	(BR0269893) LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO M, TIPO: AMBIDESTRA, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, TAMANHO: MÉDIO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO, APRESENTACAO: ATÓXICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL	CAIXA 100,00 UN	600	R\$ 29,08	R\$ 17.448,00



PREFEITURA DE MIRADOR

56	(BR0269892) LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO TAMANHO G, TIPO: AMBIDESTRA, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, TAMANHO: GRANDE, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TIPO USO: DESCARTÁVEL, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL	CAIXA 100,00 UN	300	R\$ 28,13	R\$ 8.439,00
57	Papel toalha Inter folhado, folha dupla, composto por 100% de fibras celulósicas (celulose pura). Cor branca, com grau de alvura mínimo de 80% a 85% (pelo padrão ISO). Isento de manchas, furos, odores ou impurezas. Dimensões de [Inserir largura, ex: 22 cm] x [Inserir comprimento, ex: 21 cm], com tolerância máxima de $\pm 5\%$. Gramatura mínima de [Inserir gramatura, ex: 28g/m ² a 32g/m ² no total das duas folhas]. Apresentar alta resistência à tração úmida e alto poder de absorção de água, sem esfurelar durante o uso, FARDO COM 1000 FOLHAS (AMOSTRA DO ITEN)	PCT	1000	R\$ 21,95	R\$ 21.950,00
58	ÁLCOOL ETÍLICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO APROXIMADA DE 70%	EMB 01 L	300	R\$ 13,72	R\$ 4.116,00
59	(BR0437169) CATETER, MODELO: TIPO ESCALPE, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 25 G, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, APLICAÇÃO: VENOSO, AGULHA AÇO INOX, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CAIXA COM 100 UN	CAIXA	50	R\$ 29,50	R\$ 1.475,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

60	(BR0437343) CATETER, MODELO: TIPO ESCALPE, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 27 G, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, APLICAÇÃO: VENOSO, MATERIAL AGULHA: AGULHA AÇO INOX, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR. CAIXA COM 100 UN.	CAIXA	30	R\$ 27,74	R\$ 832,20
61	(BR0437170) CATETER, MODELO: TIPO ESCALPE, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, DIÂMETRO: 21 GAU, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, APLICAÇÃO: VENOSO, AGULHA AÇO INOX, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CAIXA COM 100 UN.	CAIXA	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
62	BR0439624 SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, CAPACIDADE: 5 ML, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO VEDACAO: ÊMBOLO DE BORRACHA	UN	50	R\$ 14,29	R\$ 714,50
63	(BR0439626) SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, CAPACIDADE: 10 ML, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO VEDACAO: ÊMBOLO DE BORRACHA CAIXA C/ 100UN.	CAIXA	30	R\$ 38,33	R\$ 1.149,90
64	(BR0339565) TIRAS DA G-Tech Free-TIRAS DE REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPILAR, PARA USO ESPECIFICO EM	FRASCO	300	R\$ 52,18	R\$ 15.654,00



PREFEITURA DE **MIRADOR**

	APARELHO DA G-Tech Free, COM 50 UNIDADES. (amostra)				
65	BR0361162 FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, TRANSPARENTE, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), GRADUADO EM ML, BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, 125 ML, TAMPA EM ROSCA, UN	UN	100	R\$ 2,22	R\$ 222,00
66	AVENTAL TAMANHO: ADULTO MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO - TIPO TNT, GRAMATURA: APARTIR DE 40 G/M, TIPO MANGA: COM MANGA, PUNHO DE LATEX, ESTERILIDADE: NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA: COR BRANCO UNISSEX, ABERTURA NAS COSTAS . PCT COM 10 UN. (AMOSTRA)	PCT	200	R\$ 33,67	R\$ 6.734,00
67	(BR0428620) TOUCA HOSPITALAR, COR: SEM COR, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, TAMANHO: ÚNICO, MATERIAL: NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, GRAMATURA: CERCA DE 30 G/M2, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX EMBALAGEM COM 100 UN.	EMBALAGEM 100,00 UN	200	R\$ 14,33	R\$ 2.866,00
68	Estadiômetro/ MANUAL-EM Aço Carbono, capacidade máxima de medida de até 2 metros e uma graduação de 5 cm, material aço carbono com pintura eletrostática a pó na cor branca, móvel, base estabilizadora, inclui chapa de apoio inferior triangular, alinhamento vertical, com borracha, sistema de medição em alumínio, manípulos de Ajuste, plástico injetado com rosca metálica interna para aperto firme e sem folgas.(AMOSTRA)	UN.	5	R\$ 440,86	R\$ 2.204,30



PREFEITURA DE MIRADOR

69	Compressa Esterilizada tamanho 7,5cm x 7,5cm, a partir 13 fios não aderente, tecido confeccionada 100% algodão de gaze envolto a partir de 8 camada de algodão hidrófilo, 18 fios proporcionando alto poder de absorção, esterilizado individualmente livre de manchas e impurezas isenta de amido e alvejante óptico. Pacote com 10 envelopes. AMOSTRA	PCT	4000	R\$ 0,52	R\$ 2.080,00
70	Estadiômetro digital portátil ultrassônico - Capaz de medir alturas a partir de 20 centímetros até 2 metros, com uma graduação fina de 0,1 cm e uma tolerância de +/- 1 cm, dimensões de 23x7x5 cm e pesando apenas 110 g, portátil, confeccionado em ABS / Plástico de alta durabilidade, display digital em LCD (cristal liquido) oferece uma visibilidade clara das medições, componentes Internos, sensores eletrônicos e transdutores de ultrassom responsável pela emissão e recepção das ondas acústicas de medição. (AMOSTRA)	UN	5	R\$ 547,92	R\$ 2.739,60
VALOR TOTAL					R\$ 287.742,05

3.1 Caso a empresa cote produtos diferente da marca de referência citado no termo de referência, devera OBRIGATORIAMENTE apresentar catálogo do produto ofertado, sob pena de desclassificação. (ANEXAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA INICIAL NO SITE)

3.2 apresentar tabela comparativa demonstrando que seu produto e igual ou superior a marca/modelo de referência. O catálogo e a tabela comparativa, e fundamental para aferição e comprovação de qualidade igual ou superior as marcas e modelos de referência. (ANEXAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA INICIAL NO SITE)

4 Os produtos fornecidos deverão possuir embalagem, contendo:

- a) dados do fabricante, conforme as especificações exigidas pelo Ministério da Saúde;
- b) data de fabricação e do prazo de validade;
- c) número do lote;
- d) os produtos devem estar com lacre não violado.

4.1. Os produtos deverão ser entregues mediante a emissão de ordem de compra com o prazo de validade, VALIDADE/VIDA UTIL mínima de 75 % do valor total do seu PRAZO DE VALIDADE no ato da sua entrega. Ou seja, se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, na entrega devera possuir no mínimo 18 meses de validade;



PREFEITURA DE **MIRADOR**

5 – DO PAGAMENTO - O pagamento será realizado diretamente à empresa em até 30 (trinta) dias após atestado da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) pelo setor competente, bem como, da entrega do produto, proporcional a cada solicitação. Para tanto, a Adjudicatária deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao objeto, a quantidade adquirida, valor unitário e total, nº do contrato e nº do processo licitatório.

5.1. No ato da entrega da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito: FEDERAL, ESTADUAL, TRABALHISTA e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, afim de comprovar sua idoneidade.

5.2. Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontinuados e reiniciados após a correção necessária;

5.3. O Município de MIRADOR atestará através do responsável pelo setor solicitante a aceitação do objeto na Nota Fiscal/Fatura, de forma física ou assinatura digital no prazo previsto, após a entrega das mesmas.

5.4. A **CONTRATANTE** disporá de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;

5.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela PMM, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6 - DA VIGÊNCIA - Terá vigência pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data da sua assinatura da ARP, podendo ser prorrogada.

7- ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO - O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados a partir da solicitação de entrega expedida pela Secretaria responsável.

7.1. Estarem de acordo com as especificações do edital.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE PODERÃO SER UTILIZADAS:

RED.	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SALDO DISPONÍVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Material Hospitalar - 33.90.30.36.00.00				
364	07.002.10.301.0012.2038	33.90.30.36.00.00	0	R\$ 37.421,05
364	07.002.10.301.0012.2038	33.90.30.36.00.00	303	R\$ 50.000,00
381	07.002.10.301.0012.2039	33.90.30.36.00.00	0	R\$ 20.000,00
381	07.002.10.301.0012.2039	33.90.30.36.00.00	494	R\$ 20.000,00
381	07.002.10.301.0012.2039	33.90.30.36.00.00	1494	R\$ 50.000,00
388	07.002.10.301.0012.2040	33.90.30.36.00.00	0	R\$ 20.000,00
388	07.002.10.301.0012.2040	33.90.30.36.00.00	494	R\$ 20.000,00
388	07.002.10.301.0012.2040	33.90.30.36.00.00	41494	R\$ 20.000,00
410	07.002.10.304.0012.2043	33.90.30.36.00.00	494	R\$ 10.000,00
410	07.002.10.304.0012.2043	33.90.30.36.00.00	41494	R\$ 20.000,00
419	07.002.10.305.0012.2044	33.90.30.36.00.00	494	R\$ 10.000,00
419	07.002.10.305.0012.2044	33.90.30.36.00.00	41494	R\$ 10.000,00
TOTAL GERAL DE DOTAÇÃO				R\$ 287.421,05

8.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será realizada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: _____

CNPJ: _____ I.E.: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Conta Bancária:

Banco _____ Ag: _____ Conta Corrente: _____

Responsável pela empresa: _____

CPF: _____

Cargo do responsável: _____

À Prefeitura Municipal de Mirador PR, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº 049/2026, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1				
2				
3				
4				
5				
6				

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas. A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Cidade, Dia do Mês do Ano de 2026.

Assinatura do representante legal: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo/função do representante legal: _____



PREFEITURA DE **MIRADOR**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, e disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16(dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seus ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é (sócio administrador), responsável pela assinatura do Contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. 8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico Nº 049/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Cidade, de de 2026

Nome do representante Legal e Assinatura



PREFEITURA DE **MIRADOR**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA, para os fins de participação no processo licitatório supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que:

☐ **MICROEMPRESA – ME**, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**, nos termos da legislação aplicável.

DECLARA, ainda, que:

a) está enquadrada na condição acima indicada e pretende usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado assegurado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e, quando aplicável, ao Microempreendedor Individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) não se encontra enquadrada em qualquer das hipóteses de vedação previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

c) no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) está ciente de que a falsidade das declarações prestadas poderá acarretar as sanções previstas na legislação vigente, inclusive a perda dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e demais consequências legais cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome do representante legal Assinatura do representante legal



PREFEITURA DE MIRADOR

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2026 – ARP PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/2026

O **MUNICÍPIO DE MIRADOR PR**, pessoa jurídica de direito público, sito a Avenida Guaíra, 153 - CEP: 87.840-000, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.475.442/0001-93, representada pelo Sr. Prefeito Municipal, **Fabiano Marcos da Silva Travain**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n.º e portador da Carteira de Identidade RG n.º-SSP/__, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, bem como pelos termos da proposta apresentada, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventuais aquisições de “insumos e materiais de uso médico hospitalar”, para atender os estabelecimentos de saúde vinculados a secretaria de saúde desta municipalidade, conforme Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº 000 /2026], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
	Classificação	Marca exigida no edital)	Modelo exigido no edital)	Unidade	Máxima	Valor unitário

2. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

2.1. O órgão gerenciador será o Município de Mirador.

2.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site do Município ou no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo o licitante oferecer proposta em quantitativo igual ao máximo previsto *no edital*;

4.4. O registro da formação de cadastro de reserva, caso a administração tenha interesse, será usado quando da impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses.

4.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site do município e/ou PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

4.8. A ata de registro de preços será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital e disponibilizada no site do município.

4.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.5.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não aceitar/atender a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 6.2.2; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do subitens 6.1 e 6.2.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9. DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

9.1. A Gestão e Fiscalização deste contrato será exercido pela secretaria de educação através do servidor público designados no termo do Decreto Municipal 28/2023. a servidor **ARIANA ALVES DA COSTA**.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decretos Municipais Nº 27/2023 e Nº28/2023 e pelos preceitos de direito público.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“Prática Corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“Prática Fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“Prática Colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer



PREFEITURA DE **MIRADOR**

preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“Prática Coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“Prática Obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

11.4. Ao fornecedor, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega de 10(dez)dias e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

12.2. Fica vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Município.

Fica eleito o foro da comarca de Paraíso do Norte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento e por estarem assim justos e pactuados, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas.



PREFEITURA DE **MIRADOR**

MIRADOR, ____ de _____ de 2026.

Prefeito Municipal
Município de Mirador
Administração

Nome do Representante
Empresa ..
Fornecedor

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____